



**JUN-01**

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

*Fundada em 19 de dezembro de 1978*

Brasília, 11 de junho de 2019.

## RELATÓRIO DA PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA

A Plenária nacional da FASUBRA, realizada nos dias 08 e 09 de junho, no auditório da ADUNB - UNB em Brasília - DF, teve a seguinte pauta: **Informes da direção Nacional e de base; Conjuntura; Reforma da Previdência; Campanha Salarial; Impactos da MP 873; Greve Geral 14 de Junho; Homologação de substituição definitiva na Direção Nacional e encaminhamentos. A Plenária Nacional contou com a participação de 15 estados, o Distrito Federal, 37 entidades de base, 118 delegados e 11 observadores.**

A plenária iniciou no sábado (8), no período da manhã com informes da Direção Nacional, que relatou as ações realizadas no último período; a participação da FASUBRA na greve geral da educação no 15 e do dia nacional de luta pela educação no 30 de maio; as movimentações feitas no Parlamento, acompanhamento de audiências públicas, reuniões com parlamentares da Comissão de Educação e Ciência e Tecnologia na tentativa de abrir as negociações com o MEC. Também foi passado o informe da Coordenação Jurídica e Relações de Trabalho sobre as ações realizadas para garantir o repasse das mensalidades das entidades e orientações sobre atualização de documentação das entidades de base para atender às exigências do governo. Após os informes da direção foi aberto espaço para que as entidades de base apresentassem seus informes com foco nos seguintes pontos: **Se participou das mobilizações dos dias 15 e 30 de maio; se houve bloqueio no repasse das mensalidades; se possui registro sindical.**

No período da tarde, teve sequência com a saudação de representantes de centrais sindicais, Rodrigo Britto – CUT-DF (Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal), João Paulo Ribeiro – CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), Berna Menezes –



Intersindical e Gibran Jordão – CSP Conlutas. Após a saudação das centrais foi instalada a mesa de conjuntura com as entidades que foram convidadas pela federação para fazer um painel sobre a CONJUNTURA E OS ATAQUES À EDUCAÇÃO. Participaram desta mesa a Professora Eblin Farage – Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) e Gabriel Magno - CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação).

Gabriel Magno, da CNTE, falou sobre a importância da unidade dos setores da educação e da mobilização conjunta neste primeiro momento do governo. “As soluções para os nossos problemas são coletivas e juntos que vamos conseguir sair dessa”, ressaltou. Ele falou ainda sobre os seis meses do governo e a crescente perda de legitimidade do governo federal. A falsa imagem desse governo ser implacável combatente da corrupção e o crescimento das lutas sociais. Para ele, o poder de mobilização continua forte.

Para Eblin Farage, do Andes, este é o momento de construir a unidade necessária para o enfrentamento que a nova conjuntura nos exige. Ela falou um pouco sobre a conjuntura do Andes e alguns elementos que têm norteado as ações. “Temos que fazer também uma análise sobre os nossos erros do último período. A eleição de um governo de extrema-direita tem que ser por nós refletida. Isso é preocupante para nós. Esse governo é eleito praticamente sem um programa econômico. Ele é eleito basicamente com propostas no campo da moral, da cultura e da ideologia”, analisou.

Em seguida foram abertas as inscrições para que as delegadas e delegados apresentassem sua contribuição ao debate de conjuntura. A plenária foi suspensa às 18h30 e retomada no domingo (09) com a reunião da Coordenação de Aposentados e Assuntos de Aposentadoria e em seguida instalada a plenária. Foram apresentados dois textos de conjuntura, que foram a votação e aprovado o texto 1, por maioria. A Plenária deliberou ainda adesão à greve geral dia 14/06,



**JUN-01**

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

*Fundada em 19 de dezembro de 1978*

calendário de mobilização, moções e uma nota. Segue abaixo o texto de conjuntura aprovada na plenária e os demais encaminhamentos.

**EM DEFESA DA EDUCAÇÃO, DA APOSENTADORIA E DOS EMPREGOS, É PRECISO  
DERROTAR O GOVERNO BOLSONARO TAMBÉM NAS RUAS**

As manifestações em defesa da educação pública e contra os cortes de verbas das Universidades e Institutos Federais, convocadas pela UNE, UBES e várias entidades sindicais que representam os profissionais de educação, com o apoio das centrais sindicais, levaram novamente centenas de milhares às ruas de todo o Brasil.

Os atos realizados no mês de maio contribuíram para o impulsionamento da greve geral de 14 de junho. Após os primeiros 100 dias do novo Governo, o 15 de maio foi o primeiro grande ato contra o Governo Bolsonaro, que unificou as categorias em defesa da educação, recebendo amplo apoio popular, demonstrando a indignação da sociedade com os ataques à Educação Pública. As manifestações do dia 30 de maio também foram muito fortes e superaram, na maioria das grandes cidades brasileiras, os protestos reacionários pró-Bolsonaro no último domingo de maio. Mais uma vez o segmento da educação demonstrou, de forma inequívoca, que o movimento em defesa da educação pública e contra os ataques do governo de extrema-direita está firme e apenas começou.

As manifestações nacionais chegaram a acontecer em mais de 130 cidades, em pelo menos 25 estados, além do Distrito Federal, segundo a própria imprensa burguesa. Os maiores protestos novamente ocorreram nas principais capitais do país, em especial: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Brasília, entre outras.



**JUN-01**

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

*Fundada em 19 de dezembro de 1978*

O movimento de defesa da educação vem ganhando cada vez mais a simpatia e apoio da população. Afinal, muitos sabem da grande importância dos investimentos na educação pública para o futuro da juventude e do próprio país (como, por exemplo, as cidades onde hoje são implantadas a expansão universitária) nos últimos anos e já estão percebendo também que, com Bolsonaro no governo, a vida do povo trabalhador só piora, já que nos primeiros meses a economia voltou a encolher, o desemprego aumentou na maior parte do país, atingindo o índice 13,5%, como também aumentaram os índices de desalentados, que são as pessoas que já desistiram de procurar empregos devido a tanto tempo desempregadas por não se adequarem aos padrões do mercado; os serviços públicos estão abandonados e a desigualdade de renda e a injustiça social só se aprofundam.

Durante esse período entrou em vigor a Campanha Salarial dos Servidores Públicos Federais. A FASUBRA fez todos os esforços para garantir uma agenda para iniciar as negociações, mas tanto o Ministério da Educação, quanto o restante do governo Bolsonaro insistem em ignorar a pauta das categorias. Por isso, a necessidade de derrotar a pauta do governo para, assim, podermos retomar a pauta da classe trabalhadora.

O governo Bolsonaro e a maioria corrupta e reacionária do Congresso Nacional querem jogar sobre os ombros da maioria da população todo o peso da crise econômica que se avizinha.

Cresce também a percepção de uma parte expressiva do povo de que a famigerada reforma da previdência não combate privilégios, e quer, na verdade, impedir muitos de se aposentarem, avançando na destruição da Previdência Social.

Enquanto isso, as grandes empresas e bancos devem mais de R\$ 500 bilhões aos cofres da Previdência - sem deixar de lembrar dos contratos milionários com artistas renomados, tentando iludir a população que não tem acesso a verdade sobre o papel estratégico da seguridade social sacramentada na Constituição de 1988 - e ninguém do governo, do Congresso ou do Poder Judiciário faz nada para cobrar esta dívida absurda dos ricos e poderosos. Não à toa, para além



da Educação, a pauta contra a Reforma da Previdência também marcou os protestos, com presença forte nas falas das organizações que compuseram as manifestações.

O Ministro da Economia, Paulo Guedes, já afirmou que quer privatizar o que sobrou de nossas estatais, a começar pelas Refinarias da Petrobrás e os Correios, e entregar as nossas riquezas, como a Amazônia, o Petróleo e o Pré-sal para exploração de empresas estrangeiras, especialmente dos EUA e, recentemente, com o recente aval do STF que autorizou a privatização da subsidiárias sem passar pelo Congresso Nacional.

O governo Bolsonaro anunciou que lançará, no dia 12 de junho, uma campanha publicitária para a aprovação do pacote anticrime, proposto pelo ministro da Justiça, Sérgio Moro.

O pacote prevê uma série de mudanças na legislação penal e processual do país, que limita ainda mais a possibilidade de defesa e o acesso à Justiça da maioria da população, justamente a mais criminalizada também pelo racismo estrutural e pela pobreza. Além disso, o projeto pretende dar segurança jurídica ao aumento da violência policial, atingindo diretamente os mais pobres, mulheres, negros e negras e comunidade LGBTI. O governo Bolsonaro e a maioria do Congresso tentarão implementar medidas para enfrentar os movimentos sociais de resistência.

O pacote anticrime, ao lado da reforma da Previdência e os cortes na educação fazem parte dos principais ataques do governo Bolsonaro à classe trabalhadora. Ele representa exatamente a coroação de um projeto político que tem como um de seus motes o desmonte dos direitos sociais e o aumento da violência do Estado, especialmente contra negros e negras, como demonstram os helicópteros da polícia atirando a esmo sobre favelas e bairros periféricos.

Outro item relevante da conjuntura que precisa ser analisado é o tal pacto dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) para o desenvolvimento do país proposto pelo governo Bolsonaro. E o que há de errado no pacto? A presença do Judiciário. Cabe ao Judiciário zelar pelos preceitos republicanos da Constituição cidadã, jamais fazer conchavo com o Executivo. O ativismo judicial realizado por parte do poder Judiciário é uma arma poderosa que o governo



vem usando para entregar as riquezas do país ao capital internacional e retirar direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. O exemplo mais recente desse ativismo judicial é a decisão do Supremo Tribunal Federal que permitiu a venda de subsidiárias de empresas públicas estatais sem autorização do poder Legislativo. Um assunto estritamente político que foi transferido para o âmbito jurídico para garantir a venda das empresas públicas e atacar a democracia. Ou seja, a possibilidade de abertura de porta paga nos HU, que sempre foi alertada por esta Federação, se torna uma realidade.

Uma das pautas do STF nas próximas semanas é justamente, em nome do desenvolvimento do país, votar a possibilidade da redução de jornada dos servidores públicos com redução de salários. O que acabaria de vez com a possibilidade da flexibilização de jornada para os Técnico-Administrativos da IES.

Outro item que afetou a democracia no país foi a sanção da lei da anistia dos partidos políticos que não investiram nos últimos anos na participação política das mulheres, um ataque frontal a participação da mulher na política.

Ainda que tenha sido arquivado no final do ano passado na Câmara dos Deputados, graças a mobilização dos setores da educação, o Projeto Escola Sem Partido ainda constitui mais um dos ataques do governo. Ainda existem mais de 200 projetos semelhantes tramitando em Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas Estaduais e no próprio Congresso Nacional. Tais projetos cerceiam a liberdade de cátedra e censuram discussões sobre gênero nas escolas, o que constitui em um grande ataque a educação.

A novidade do Governo são as alterações no Código Nacional de Trânsito que libera a delinquência e retira itens importantes de proteção à vida (cadeirinha e assento das crianças). O que mostra, mais uma vez, irresponsabilidade já que além de aumentar o número de mortes, quanto mais acidentes no trânsito maior, é a necessidade de gastos públicos em saúde, assistência e previdência social aumentam.



**JUN-01**

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

*Fundada em 19 de dezembro de 1978*

Após a força das manifestações nacionais dos dias 15 e 30 de maio, a prioridade absoluta dos movimentos da classe trabalhadora, da juventude e dos oprimidos deve ser a construção pela base uma grande Greve Geral no dia 14 de junho. Devemos seguir o exemplo dos trabalhadores da Argentina, que realizaram no último dia 29 de maio, a sua sexta greve geral contra os ataques aos direitos sociais desferidos pelo governo de direita do atual presidente Macri, amigo e aliado de Bolsonaro.

O momento exige a máxima unidade de ação. Devemos multiplicar as banquinhas nos locais de trabalho, estudo e moradia para ampliar o diálogo com a população, intensificando o trabalho com o abaixo-assinado contra a reforma da previdência.

Os sindicatos devem convocar assembleias de base em todas as categorias para não só votar a participação na Greve Geral, como também avançar na organização da mobilização.

A luta contra esse governo de extrema-direita não é uma tarefa fácil. A luta passa a ser por existência e sobrevivência, principalmente para as Mulheres, Negras e Negros da periferia, a população LGBTI. Marielle Franco ousou lutar contra as milícias e em defesa da vida dessas populações, e pagou com sua vida. Mas, a justiça para Marielle só será feita quando a pergunta de “quem mandou matá-la?”, for respondida.

O único caminho possível para resistir é apostar na mobilização e organização contra a reforma da previdência, os ataques à educação pública e as privatizações, defendendo a soberania nacional. Nossas mobilizações, nas próximas semanas, devem pautar também a defesa das liberdades democráticas e contra as opressões; a denúncia da política genocida de extermínio da juventude negra, os ataques aos direitos das mulheres e da comunidade LGBTI, a luta contra o dito projeto “anticrime” do Moro, que libera para as Forças Policiais uma “Licença para Matar” através de uma alteração na regra de excludentes de ilicitude e também acaba com a Presunção de Inocência no Brasil, considerando culpado o cidadão acusado, antes de esgotadas suas possibilidades de defesa; é preciso ainda pautar nas mobilizações a defesa das Liberdades



**JUN-01**

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

*Fundada em 19 de dezembro de 1978*

Democráticas e contra criminalização dos Movimentos Sociais, como por exemplo a prisão do Lula e os 23 presos do Rio de Janeiro. Liberdade já!

**Vamos derrotar o governo Bolsonaro também nas ruas!**

### **ENCAMINHAMENTOS:**

A Plenária Nacional da FASUBRA aprovou os seguintes encaminhamentos:

1. Participar ativamente da greve geral dia 14/06;
2. Realizar trabalho de base em comunidades em parceria com as associações de bairro;
3. Construir, em conjunto com as demais entidades um dia nacional de luta - julho/agosto;
4. Participar das frentes e fóruns nos estados, com estudantes, professores e trabalhadores terceirizados;
5. Construir e participar de atos e encontros nos estados;
6. Construir junto com as entidades da educação um encontro nacional da educação em outubro;
7. Realizar uma campanha de outdoor contra a PEC 06/19, próximo aos aeroportos;
8. Manter a pressão aos parlamentares;
9. Realizar os encontros regionais assim que cair a MP 873;
10. Reafirmar a necessidade de caravana à Brasília caso entre em votação a PEC06/19, juntamente com as demais entidades e centrais sindicais;
11. Orientar as entidades de base a confecção e divulgação de faixas iguais à que foi arrancada da UFPR. Campanha de visual enviar fotos a FASUBRA para que seja feito um mosaico;
12. Orientar as entidades de base a reproduzir nota de repúdio a extinção da MNNP-SUS e a intensificar a participação e defesa dos Fóruns e Coletivos;
13. Intensificar o acompanhamento dos Fóruns internacionais para realizar as denúncias aos ataques do governo;





**JUN-01**

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

*Fundada em 19 de dezembro de 1978*

14. Orientar as entidades de base para organizar locais de discussão sobre o adoecimento dos trabalhadores e trabalhadoras, em virtude do projeto genocida (debates e palestras sobre suicídio e depressão);
15. Retomar o coletivo cênico da FASUBRA.

**As moções aprovadas pela plenária serão divulgadas após análise da assessoria jurídica.**

## CALENDÁRIO

### JUNHO

14	GREVE GERAL DA EDUCAÇÃO
----	-------------------------